



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

NÚCLEO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE SANÇÕES

Telefone(s): 65 3613-7565 / 7564 / 7127 / 7699

E-mail: [sgat@tce.mt.gov.br](mailto:sgat@tce.mt.gov.br)

Ofício nº : 581/2017/NCCS

À Senhora

Cuiabá, 17 de novembro de 2017

**DANIELA BESSI DA COSTA**

**Ex-Chefe da Seção de Apoio a Gestão de Processos Licitatórios da Câmara Municipal de Rondonópolis**

**Rua Frei Antonino, nº 1349 - Bairro Jardim Tropical**

**CEP: 78715-130**

**Rondonópolis - MT**

Prezada Senhora,

Conforme teor do Acórdão nº 43/2017-SC, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 31/10/2017, processo nº 214710/2016, este Tribunal julgou a Auditoria de Conformidade referente aos atos de gestão da Câmara Municipal de Rondonópolis e aplicou-lhe a multa de 12 UPFs/MT.

Diante do exposto, de acordo com a competência estabelecida na Portaria nº 030/2014, **notifico** Vossa Senhoria quanto ao seguinte:

–Aplicação de **multa de 12 UPFs/MT**: Deverá ser recolhida ao Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **vencível em 07/01/2018**. Será aplicado o fator de redução de 45% sobre o valor da UPF/MT vigente na data de sua quitação, conforme Resolução nº 07/2014. O respectivo boleto se encontra disponível no endereço eletrônico deste Tribunal de Contas – [www.tce.mt.gov.br/fundecontas](http://www.tce.mt.gov.br/fundecontas). O recolhimento da multa por boleto bancário desobriga o responsável de sua comprovação. A multa poderá ser parcelada, desde que preencha os requisitos elencados no art. 290, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT.

Caso o débito não seja quitado, os autos serão encaminhados ao órgão competente para a propositura de execução judicial, nos termos do art. 293, *caput*, da Resolução Normativa nº 14/2007-TCE/MT (com redação dada pela Resolução Normativa nº 20/2010).

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

**ANA KARINA PENA ENDO**

Coordenadora do Núcleo de Certificação e Controle de Sanções